

154^a SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 16 a 20 de junho de 2014

Tema 6.1 da Agenda Povisória

CE154/28
5 de maio de 2014
Original: inglês

MODIFICAÇÕES DO REGULAMENTO E ESTATUTO DO PESSOAL DA RSPA

Introdução

1. O Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) pode ser complementado ou emendado pelo Conselho Diretor ou pela Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em conformidade com o Estatuto do Pessoal, 12.1.
2. De acordo com seu Artigo 020, o Regulamento do Pessoal da RSPA pode ser modificado pelo Diretor, sujeito a confirmação pelo Comitê Executivo da OPAS.
3. Assim, a Diretora apresentará na 154^a Sessão do Comitê Executivo, para confirmação, as emendas ao Regulamento do Pessoal expedidas pela Diretora após a 152^a Sessão do Comitê (Anexo A).

Emendas ao Regulamento do Pessoal

4. Estas emendas estão sendo feitas para manter a coerência com as condições de emprego do pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana e da Organização Mundial da Saúde, considerando a experiência e no interesse da boa gestão dos recursos humanos.

Remuneração das Categorias Profissionais e Superiores

5. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), na sua Sexagésima Oitava sessão, aprovou a recomendação da Comissão de Administração Pública Internacional no sentido de que a atual escala de salários base/piso para as categorias profissionais e superiores seja aumentada em 0,19% através do método ordinário de consolidação que consiste em aumentar o salário-base reduzindo proporcionalmente os multiplicadores de reajuste por lugar de destino (ou seja, de modo a não causar perda nem ganho); o aumento entraria em vigor no dia 1^o de janeiro de 2014.¹

¹ Resolução A/RES/68/253.

6. Assim, elaboraram-se emendas ao Apêndice 1 do Regulamento do Pessoal, que aparecem no Anexo B deste documento.

Salários do Pessoal em Cargos sem Classificação e Salário do Diretor

7. Como resultado da mudança no salário do pessoal nas categorias profissionais e superiores, requer-se também uma revisão de salário semelhante para os cargos de Diretor, Diretor Adjunto e Subdiretor.

8. Os salários para esses três cargos foram ajustados usando o mesmo processo de consolidar multiplicadores do reajuste por lugar de destino no salário-base sem perda nem ganho. Segundo o Estatuto do Pessoal, 3.1, o salário do Diretor será fixado pelo Comitê Executivo. O salário do Diretor Adjunto e do Subdiretor será determinado pelo Diretor da Repartição e aprovado pelo Comitê Executivo.

Revisão do Nível do Subsídio Educacional

9. A Assembleia Geral das Nações Unidas também aprovou, em sua Sexagésima Oitava Sessão, uma medida especial permitindo o reembolso dos gastos relacionados com a educação até o valor máximo estabelecido em dólares dos Estados Unidos dentro da zona dos Estados Unidos, para três escolas de currículo em inglês em Bruxelas — a saber, a Escola Internacional de Bruxelas, a Escola Britânica de Bruxelas e a St. John's International School — a partir do ano letivo em curso no dia 1º de janeiro de 2013.²

10. Emendas ao Apêndice 2 do Regulamento do Pessoal foram elaboradas no mesmo sentido e estão expostas no Anexo C.

Subsídio por Novo Destino

11. O artigo 365 do Regulamento do Pessoal foi reorganizado para ficar mais claro, separando as provisões aplicáveis ao pessoal com nomeações de prazo fixo daquelas aplicáveis aos funcionários temporários, e definindo melhor os dois componentes do subsídio por novo destino e introduzindo o novo Artigo 365.5.2 sobre a renomeação para o mesmo cargo dentro de um ano a partir da data da separação.

12. O Artigo 365.1 do Regulamento do Pessoal foi modificado para identificar os dois componentes do subsídio por novo destino e eliminar a referência ao pessoal nomeado em caráter temporário. (As nomeações temporárias foram transferidas para o Artigo 365.6 do Regulamento do Pessoal.)

13. O Artigo 365.2 do Regulamento do Pessoal aborda o componente do subsídio por novo destino que se refere à diária.

² Ibid.

14. O novo Artigo 365.2.2 do Regulamento do Pessoal incorpora texto do Artigo 365.1.2 do Regulamento do Pessoal anterior, define os “dependentes aptos” e, a bem da coerência com a Organização Mundial da Saúde, suprime o requisito de permanência de seis meses no posto.

15. O novo Artigo 365.2.3 do Regulamento do Pessoal esclarece o direito do filho dependente que não reside com o funcionário devido à frequência escolar.

16. O Artigo 365.3 do Regulamento do Pessoal aborda e define mais claramente a parte fixa do subsídio por novo destino.

17. O Artigo 365.4 do Regulamento do Pessoal ganhou nova redação a bem da clareza.

18. O novo Artigo 365.5.1 do Regulamento do Pessoal é o Artigo 365.2 do Regulamento do Pessoal anterior renumerado.

19. O novo Artigo 365.5.2 do Regulamento do Pessoal recebeu um acréscimo para tratar do pagamento da parte do subsídio por novo destino correspondente ao Viático Diário (DSA) quando se oferece a um funcionário separado do serviço nova nomeação para o mesmo cargo dentro de um ano a partir da separação. Esta norma está sendo introduzida para dar coerência à aplicação do subsídio e prevenir o eventual mal uso da nomeação por contrato temporário.

20. O Artigo 365.6 do Regulamento do Pessoal foi modificado para consolidar e definir claramente o direito a subsídio por novo destino para o pessoal nomeado em caráter temporário.

Subsídio por Terminação de Serviço

21. Modificou-se o Artigo 375 do Regulamento do Pessoal para esclarecer que os funcionários elegíveis com cargos de prazo fixo de duração limitada têm direito a um subsídio por terminação de serviço.

Aumento dentro do Mesmo Grau com Base no Tempo de Serviço

22. O Artigo 555.2 do Regulamento do Pessoal, que deixou de vigorar em agosto de 2013, foi suprimido. Em consequência, o Artigo 555.1 foi renumerado.

Licença por Adoção

23. O Artigo 765 do Regulamento do Pessoal foi modificado para esclarecer o direito à licença por adoção para o pessoal em cargos de prazo fixo e para aquele nomeado em caráter temporário.

Implicações Financeiras

24. As implicações financeiras das emendas no biênio 2014-2015 são mínimas.

Ação do Comitê Executivo

25. Solicita-se ao Comitê Executivo que examine as Emendas ao Regulamento do Pessoal da RSPA constantes do presente documento e considere a aprovação do projeto de resolução constante do Anexo D.

Anexos

Anexo A

Modificações do Regulamento do Pessoal* da RSPA realizadas pela Diretora desde a 152ª Sessão do Comitê Executivo

TEXTO ANTERIOR	TEXTO NUEVO
<p>365. SUBSIDIO POR NUEVO DESTINO</p> <p>365.1 Los miembros del personal, excepto los titulares de un contrato temporal de conformidad con lo dispuesto en el artículo 420.4, que efectúen un viaje autorizado con motivo de su nombramiento o traslado a un lugar oficial por un período no menor de un año, percibirán un subsidio por nuevo destino. El importe de ese subsidio será el equivalente de:</p> <p>365.1.1 los viáticos respecto del funcionario durante 30 días a partir de su llegada al lugar de destino oficial;</p> <p>365.1.2 los viáticos por 30 días a la mitad de la tasa, después de su llegada, con respecto a cada miembro de la familia que tenga derecho y acompañe al funcionario o se reúna con este en el lugar de destino durante al menos seis meses. Esta porción del subsidio para un hijo a cargo que estudia en un lugar distinto del lugar de destino se paga junto con el primer viaje de ida y vuelta siempre y cuando esté previsto que el hijo regresa al lugar de destino durante las futuras vacaciones escolares. Al cumplir los 21 años, los hijos ya no tienen derecho a este subsidio.</p>	<p>365. SUBSIDIO POR NUEVO DESTINO</p> <p>365.1 Los miembros del personal con nombramientos de plazo fijo, excepto los titulares de un contrato temporal de conformidad con lo dispuesto en el artículo 420.4, que efectúen un viaje autorizado con motivo de su nombramiento o traslado a un lugar oficial por un período no menor de un año, percibirán un subsidio por nuevo destino. El importe de ese subsidio será el equivalente de: Este subsidio tiene dos componentes: a) los viáticos diarios (dieta) aplicables a lugares de destino ya sean con o sin traslado de muebles y enseres; y b) la suma global para los lugares de destino sin traslado de muebles y enseres (véase el artículo 365.6 con respecto al personal temporal).</p> <p>365.2 La parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo destino se abonará a los miembros del personal con un nombramiento de plazo fijo de la siguiente manera:</p> <p>365.1.1 365.2.1 con los viáticos respecto del al propio funcionario, se abonará un monto correspondiente a los viáticos completos durante 30 días a partir de su llegada al lugar de destino oficial;</p> <p>365.1.2 365.2.2 con respecto al cónyuge y los hijos a cargo que acompañen al funcionario o se reúnan con este en el lugar de destino, se abonarán los viáticos por 30 días a la mitad de la tasa a partir de la fecha de su llegada al lugar de destino; después de su llegada, con respecto a cada miembro de la familia que tenga derecho y acompañe al funcionario o se reúna con este en el lugar de destino durante al menos seis meses.</p>

* O Regulamento do Pessoal só existe em inglês ou espanhol. Aqui está anexado a versão em espanhol.

TEXTO ANTERIOR	TEXTO NUEVO
<p>365.2 No se pagará subsidio por nuevo destino a los hijos nacidos, o por cualquier otra persona reclamada como familiar a cargo del funcionario, después de la llegada de éste al lugar de destino.</p> <p>365.3 De acuerdo con las condiciones establecidas por la Oficina en virtud de las condiciones y los procedimientos aprobados por la Asamblea General de las Naciones Unidas para el sistema de Naciones Unidas, además del subsidio por nuevo destino se pagarán hasta un máximo de dos sumas globales, sobre la base de la categoría del lugar de destino oficial, de que el funcionario tenga derecho al reembolso de los gastos que ocasione el traslado de sus muebles y enseres según lo previsto en el artículo 855.1 y de la duración o la duración estimada del nombramiento en el lugar de destino oficial. El monto global se calculará y se abonará sobre la base del sueldo básico neto y, si corresponde, del reajuste que corresponda al lugar de destino donde el funcionario ha sido asignado de acuerdo con su grado y escalón, y de la escala fijada por la Oficina.</p>	<p>365.2.3 Esta porción del subsidio para con respecto a un hijo a cargo que estudia en un lugar distinto del lugar de destino, los viáticos, como se definen en el artículo 365.2.2, se pagan junto con el primer viaje de ida y vuelta al lugar de destino siempre y cuando esté previsto que el hijo regresa al resida junto con el funcionario en el lugar de destino durante las futuras vacaciones escolares. Al cumplir los 21 años, los hijos ya no tienen derecho a este subsidio.</p> <p>[Este texto se ha pasado al artículo 365.5.]</p> <p>365.3 La parte correspondiente a la suma global del subsidio por nuevo lugar de destino:</p> <p>365.3.1 se pagará al funcionario de plazo fijo solo en los lugares de destino sin traslado de muebles y enseres, según se establece en el párrafo 510.2.2;</p> <p>365.3.2 será equivalente a un mes de sueldo básico neto más el reajuste por lugar de destino correspondiente a la llegada del funcionario al lugar de destino. De acuerdo con las condiciones establecidas por la Oficina en virtud de las condiciones y los procedimientos aprobados por la Asamblea General de las Naciones Unidas para el sistema de Naciones Unidas, el subsidio por nuevo lugar de destino se aumentará en una segunda suma global si la duración del nombramiento del funcionario es de más de tres años; además del subsidio por nuevo destino se pagarán hasta un máximo de dos sumas globales, sobre la base de la categoría del lugar de destino oficial, de que el funcionario tenga derecho al reembolso de los gastos que ocasione el traslado de sus muebles y enseres según lo previsto en el artículo 855.1 y de la duración o la duración estimada del nombramiento en el lugar de destino oficial. El monto global se calculará y se abonará sobre la base del sueldo básico neto y, si corresponde, del reajuste que corresponda al lugar de destino donde el funcionario ha sido asignado de acuerdo con su grado y escalón, y de la escala fijada por la Oficina.</p>

TEXTO ANTERIOR	TEXTO NUEVO
<p>365.4 Si un miembro del personal dimite antes de transcurridos seis meses desde su nombramiento o reasignación, la Oficina podrá recuperar en forma proporcional y de acuerdo con las condiciones que establezca la Oficina el importe del subsidio por nuevo destino que haya pagado en virtud de los artículos 365.1 y 365.3.</p> <p>365.5 Si ambos cónyuges son miembros del personal de organizaciones internacionales que aplican el sistema común de sueldos y subsidios en el mismo lugar de destino, el subsidio previsto en el artículo 365.1.1 se pagará a cada uno de los funcionarios. El monto previsto en el artículo 365.1.2 será pagado al miembro del personal a cuyo cargo se ha reconocido al hijo, mientras el monto previsto en el artículo 365.3 será pagado al cónyuge que tenga derecho al monto más elevado.</p>	<p>365.4 365.3.3 se recuperará en forma proporcional, de acuerdo con las condiciones que establezca la Oficina, si un miembro del personal dimite antes de transcurridos seis meses desde su nombramiento o reasignación, la Oficina podrá recuperar en forma proporcional y de acuerdo con las condiciones que establezca la Oficina el importe del subsidio por nuevo destino que haya pagado en virtud de los artículos 365.1 y 365.3.</p> <p>365.5 365.4 Si ambos cónyuges son miembros del personal de organizaciones internacionales que aplican el sistema común de sueldos y subsidios en el mismo lugar de destino, el subsidio previsto en el artículo 365.1.1 se pagará a cada uno de los funcionarios. El monto previsto en el artículo 365.1.2 cada miembro del personal recibirá la parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino establecida en el artículo 365.2.1. Con respecto a la parte correspondiente a los viáticos de este subsidio prevista en los artículos 365.2.2 y 365.2.3, el monto será pagado al miembro del personal a cuyo cargo se ha reconocido al un hijo ha sido reconocido como dependiente por la Organización. La parte correspondiente a la suma global prevista en el artículo 365.3, mientras el monto previsto en el artículo 365.3 será pagado se pagará al cónyuge que tenga derecho al monto más elevado.</p> <p>365.2 365.5 La parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino no se pagará:</p> <p>365.5.1 subsidio por nuevo destino con respecto a los hijos nacidos, o por cualquier otra persona reclamada como familiar a cargo del funcionario, después de la llegada de este al lugar de destino;</p> <p>365.5.2 a un miembro del personal que se separe del servicio y luego reciba una oferta de un nuevo nombramiento en el mismo lugar de destino dentro del plazo de un año.</p>

TEXTO ANTERIOR	TEXTO NUEVO
<p>365.6 En el caso de un viaje autorizado con motivo de su nombramiento, todo funcionario titular de un contrato temporario recibirá el pago de viáticos respecto del funcionario durante un período de hasta 30 días a partir de su llegada</p> <p>375. PRIMA POR TERMINACIÓN DE SERVICIO</p> <p>375.1 Los funcionarios que sean titulares de un nombramiento por un periodo fijo tendrán derecho a una prima basada en sus años de servicios si:</p> <p>375.1.1 su nombramiento no se renueva después de cumplir cinco años de servicio interrumpido,</p> <p>375.1.2 no han recibido ni declinado el ofrecimiento de renovación de su nombramiento,</p> <p>375.1.3 no han alcanzado la edad reglamentaria de jubilación según se define en el artículo 1020.1, y</p> <p>375.1.4 su rendimiento se ha considerado oficialmente satisfactorio.</p> <p>555. AUMENTO DE SUELDO DENTRO DEL MISMO GRADO BASADO EN MÉRITOS O TIEMPO DE SERVICIO</p> <p>555.1 A los miembros del personal con nombramiento de plazo fijo o de servicio cuyos servicios sean muy meritorios y de un nivel superior al que razonablemente cabe esperar de un funcionario de competencia normal, y cuya conducta sea satisfactoria, podrá concedérseles un aumento correspondiente a un escalón o excepcionalmente a dos en la escala de sueldos de su grado, teniendo como límite el escalón máximo normal dentro de dicho grado. La concesión de dicho aumento no afectará el derecho a los aumentos normalmente previstos en</p>	<p>365.6 En el caso de un viaje autorizado con motivo de su nombramiento, todo funcionario titular de un contrato temporario recibirá el pago de la parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino respecto del propio funcionario según lo establecido en el artículo 365.2.1. Los funcionarios temporales no reúnen los requisitos para recibir la parte correspondiente a la suma global del subsidio por nuevo lugar de destino. Todo pago hecho de acuerdo con el artículo 365.2.1 no pueden ser incompatibles con el artículo 365.5.2</p> <p>375. PRIMA POR TERMINACIÓN DE SERVICIO</p> <p>375.1 Los funcionarios que sean titulares de un nombramiento por un periodo fijo, incluidos aquellos en puestos de duración limitada con cinco años o más de servicio, tendrán derecho a una prima basada en sus años de servicios si:</p> <p>375.1.1 su nombramiento no se renueva después de cumplir cinco años reconocidos de servicio ininterrumpido de servicio interrumpido,</p> <p>375.1.2 no han recibido ni declinado el ofrecimiento de renovación de su nombramiento,</p> <p>375.1.3 no han alcanzado la edad reglamentaria de jubilación según se define en el artículo 1020.1, y</p> <p>375.1.4 su rendimiento se ha considerado oficialmente satisfactorio.</p> <p>555. AUMENTO DE SUELDO DENTRO DEL MISMO GRADO BASADO EN MÉRITOS O TIEMPO DE SERVICIO</p> <p>555.1 A los miembros del personal con nombramiento de plazo fijo o de servicio cuyos servicios sean muy meritorios y de un nivel superior al que razonablemente cabe esperar de un funcionario de competencia normal, y cuya conducta sea satisfactoria, podrá concedérseles un aumento correspondiente a un escalón o excepcionalmente a dos en la escala de sueldos de su grado, teniendo como límite el escalón máximo normal dentro de dicho grado. La concesión de dicho aumento no afectará el derecho a los aumentos normalmente previstos en</p>

TEXTO ANTERIOR	TEXTO NUEVO
<p>el grado de que se trate.</p> <p>555.2 Después del 1 de febrero de 1994, un funcionario con nombramiento de plazo fijo o de servicio puede llenar los requisitos, por una sola vez, para obtener un aumento de sueldo dentro del mismo grado basado en los años de servicio si:</p> <p>555.2.1 el servicio comenzó con la Oficina antes del 1 de marzo de 1993;</p> <p>555.2.2 ha tenido un desempeño satisfactorio, y</p> <p>555.2.3 ha completado 20, 25 o 30 años de servicio ininterrumpido. Se incluirá el tiempo de servicio prestado a la Organización Mundial de la Salud, siempre que sea aceptado en virtud de lo dispuesto en el artículo 480.1.4.</p>	<p>el grado de que se trate.</p> <p>555.2 Después del 1 de febrero de 1994, un funcionario con nombramiento de plazo fijo o de servicio puede llenar los requisitos, por una sola vez, para obtener un aumento de sueldo dentro del mismo grado basado en los años de servicio si:</p> <p>555.2.1 el servicio comenzó con la Oficina antes del 1 de marzo de 1993;</p> <p>555.2.2 ha tenido un desempeño satisfactorio, y</p> <p>555.2.3 ha completado 20, 25 o 30 años de servicio ininterrumpido. Se incluirá el tiempo de servicio prestado a la Organización Mundial de la Salud, siempre que sea aceptado en virtud de lo dispuesto en el artículo 480.1.4.</p>
<p>765. LICENCIA POR ADOPCIÓN</p> <p>Con sujeción a las condiciones estipuladas por la Oficina y previa presentación de pruebas satisfactorias de la adopción de un hijo, los funcionarios tendrán derecho a la licencia por adopción por un período total de ocho semanas.</p>	<p>765. LICENCIA POR ADOPCIÓN</p> <p>765.1 Con sujeción a las condiciones estipuladas por la Oficina y previa presentación de pruebas satisfactorias de la adopción de un hijo, los funcionarios con un nombramiento de plazo fijo, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.3, o con un nombramiento de servicio, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.2, tendrán derecho a la licencia por adopción por un período total de ocho semanas.</p> <p>765.2 Los funcionarios con un nombramiento temporal, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.4, tendrán derecho a la licencia por adopción por un período de cuatro semanas.</p>

**MODIFICACIONES PROPUESTAS DEL REGLAMENTO DEL PERSONAL
DE LA OFICINA SANITARIA PANAMERICANA****

365. SUBSIDIO POR NUEVO DESTINO

365.1 Los miembros del personal con nombramientos de plazo fijo que efectúen un viaje autorizado con motivo de su nombramiento o traslado a un lugar oficial por un período no menor de un año, percibirán un subsidio por nuevo destino. Este subsidio tiene dos componentes: a) los viáticos diarios (dieta) aplicables a lugares de destino ya sean con o sin traslado de muebles y enseres; y b) la suma global para los lugares de destino sin traslado de muebles y enseres (véase el artículo 365.6 con respecto al personal temporal).

365.2 La parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo destino se abonará a los miembros del personal con un nombramiento de plazo fijo de la siguiente manera:

365.2.1 con respecto al propio funcionario, se abonará un monto correspondiente a los viáticos completos durante 30 días a partir de su llegada al lugar de destino oficial;

365.2.2 con respecto al cónyuge y los hijos a cargo que acompañen al funcionario o se reúnan con este en el lugar de destino, se abonarán los viáticos por 30 días a la mitad de la tasa a partir de la fecha de su llegada al lugar de destino;

365.2.3 con respecto a un hijo a cargo que estudia en un lugar distinto del lugar de destino, los viáticos, como se definen en el artículo 365.2.2, se pagan junto con el primer viaje de ida y vuelta al lugar de destino siempre y cuando el hijo resida junto con el funcionario en el lugar de destino durante las vacaciones escolares. Al cumplir los 21 años, los hijos ya no tienen derecho a este subsidio.

365.3 La parte correspondiente a la suma global del subsidio por nuevo lugar de destino:

365.3.1 se pagará al funcionario de plazo fijo solo en los lugares de destino sin traslado de muebles y enseres, según se establece en el párrafo 510.2.2;

365.3.2 será equivalente a un mes de sueldo básico neto más el reajuste por lugar de destino correspondiente a la llegada del funcionario al lugar de destino. De acuerdo con las condiciones establecidas por la Oficina en virtud de las condiciones y los procedimientos aprobados por la Asamblea General de las Naciones Unidas para el sistema de Naciones Unidas, el subsidio por nuevo lugar de destino se aumentará en una segunda suma global si la duración del nombramiento del funcionario es de más de tres años;

365.3.3 se recuperará en forma proporcional, de acuerdo con las condiciones que establezca la Oficina, si un miembro del personal dimite antes de transcurridos seis meses desde su nombramiento o reasignación.

** En este cuadro se muestra la versión del texto en limpio de las modificaciones propuestas del Reglamento del Personal para facilitar la revisión de los Estados Miembros.

365.4 Si ambos cónyuges son miembros del personal de organizaciones internacionales que aplican el sistema común de sueldos y subsidios en el mismo lugar de destino, cada miembro del personal recibirá la parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino establecida en el artículo 365.2.1. Con respecto a la parte correspondiente a los viáticos de este subsidio prevista en los artículos 365.2.2 y 365.2.3, el monto será pagado al miembro del personal a cuyo cargo un hijo ha sido reconocido como dependiente por la Organización. La parte correspondiente a la suma global prevista en el artículo 365.3 se pagará al cónyuge que tenga derecho al monto más elevado.

365.5 La parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino no se pagará:

365.5.1 con respecto a los hijos nacidos, o por cualquier otra persona reclamada como familiar a cargo del funcionario, después de la llegada de este al lugar de destino;

365.5.2 a un miembro del personal que se separe del servicio y luego reciba una oferta de un nuevo nombramiento en el mismo lugar de destino dentro del plazo de un año.

365.6 En el caso de un viaje autorizado con motivo de su nombramiento, todo funcionario titular de un contrato temporario recibirá el pago de la parte correspondiente a los viáticos del subsidio por nuevo lugar de destino respecto del propio funcionario según lo establecido en el artículo 365.2.1. Los funcionarios temporales no reúnen los requisitos para recibir la parte correspondiente a la suma global del subsidio por nuevo lugar de destino. Todo pago hecho de acuerdo con el artículo 365.2.1 no pueden ser incompatibles con el artículo 365.5.2.

375. PRIMA POR TERMINACIÓN DE SERVICIO

375.1 Los funcionarios que sean titulares de un nombramiento por un periodo fijo, incluidos aquellos en puestos de duración limitada con cinco años o más de servicio, tendrán derecho a una prima basada en sus años de servicios si:

375.1.1 su nombramiento no se renueva después de cumplir cinco años reconocidos de servicio ininterrumpido,

375.1.2 no han recibido ni declinado el ofrecimiento de renovación de su nombramiento,

375.1.3 no han alcanzado la edad reglamentaria de jubilación según se define en el artículo [1020.1](#), y

375.1.4 su rendimiento se ha considerado oficialmente satisfactorio.

555. AUMENTO DE SUELDO DENTRO DEL MISMO GRADO BASADO EN MÉRITOS

A los miembros del personal con nombramiento de plazo fijo o de servicio cuyos servicios sean muy meritorios y de un nivel superior al que razonablemente cabe esperar de un funcionario de competencia normal, y cuya conducta sea satisfactoria, podrá concedérseles un aumento correspondiente a un escalón o excepcionalmente a dos en la escala de sueldos de su grado, teniendo como límite el escalón máximo normal dentro de dicho grado. La concesión de dicho aumento no afectará el derecho a los aumentos normalmente previstos en el grado de que se trate.

765. LICENCIA POR ADOPCIÓN

765.1 Con sujeción a las condiciones estipuladas por la Oficina y previa presentación de pruebas satisfactorias de la adopción de un hijo, los funcionarios con un nombramiento de plazo fijo, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.3, o con un nombramiento de servicio, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.2, tendrán derecho a la licencia por adopción por un período total de ocho semanas.

765.2 Los funcionarios con un nombramiento temporal, de acuerdo con lo definido en el artículo 420.4, tendrán derecho a la licencia por adopción por un período de cuatro semanas.

Anexo B

Apêndice 1

Escala de Salários para as Categorias Profissionais e Superiores, Mostrando Salários Anuais Brutos e Equivalentes Líquidos após Aplicação de Avaliação do Pessoal

**Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014
(em dólares dos Estados Unidos)**

Nível		ESCALÕES														
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
D-2	Bruto	141 519	144 521	147 523	150 549	153 680	156 810									
	Líquido D	112 309	114 500	116 692	118 884	121 076	123 267									
	Líquido S	103 177	105 026	106 869	108 706	110 539	112 360									
					*	*	*	*	*							
D-1	Bruto	129 315	131 952	134 582	137 219	139 858	142 490	145 129	147 763	150 414						
	Líquido D	103 400	105 325	107 245	109 170	111 096	113 018	114 944	116 867	118 790						
	Líquido S	95 575	97 246	98 916	100 579	102 241	103 899	105 549	107 199	108 844						
											*	*	*			
P-5	Bruto	106 944	109 185	111 429	113 668	115 914	118 153	120 399	122 640	124 882	127 125	129 367	131 608	133 852		
	Líquido D	87 069	88 705	90 343	91 978	93 617	95 252	96 891	98 527	100 164	101 801	103 438	105 074	106 712		
	Líquido S	80 887	82 342	83 792	85 241	86 688	88 130	89 572	91 011	92 447	93 881	95 313	96 739	98 167		
													*	*	*	
P-4	Bruto	88 108	90 108	92 106	94 105	96 106	98 104	100 114	102 277	104 441	106 603	108 770	110 930	113 095	115 260	117 425
	Líquido D	72 605	74 185	75 764	77 343	78 924	80 502	82 083	83 662	85 242	86 820	88 402	89 979	91 559	93 140	94 720
	Líquido S	67 611	69 049	70 488	71 920	73 354	74 787	76 219	77 647	79 074	80 502	81 925	83 349	84 773	86 193	87 613
														*	*	*
P-3	Bruto	72 411	74 262	76 114	77 962	79 815	81 665	83 514	85 368	87 218	89 068	90 922	92 770	94 623	96 472	98 322
	Líquido D	60 205	61 667	63 130	64 590	66 054	67 515	68 976	70 441	71 902	73 364	74 828	76 288	77 752	79 213	80 674
	Líquido S	56 198	57 542	58 889	60 232	61 579	62 922	64 265	65 612	66 955	68 300	69 640	70 982	72 319	73 661	75 001
												*				
P-2	Bruto	59 387	61 043	62 697	64 354	66 010	67 663	69 322	70 973	72 629	74 287	75 941	77 597			
	Líquido D	49 916	51 224	52 531	53 840	55 148	56 454	57 764	59 069	60 377	61 687	62 993	64 302			
	Líquido S	46 819	48 006	49 189	50 375	51 559	52 745	53 949	55 151	56 358	57 561	58 761	59 968			
P-1	Bruto	46 487	47 968	49 442	50 995	52 582	54 173	55 766	57 359	58 946	60 537					
	Líquido D	39 514	40 773	42 026	43 286	44 540	45 797	47 055	48 314	49 567	50 824					
	Líquido S	37 273	38 432	39 591	40 748	41 906	43 064	44 222	45 366	46 504	47 643					

D = Aplicável aos funcionários com cônjuge ou filho dependente.

S = Aplicável aos funcionários sem cônjuge nem filho dependente.

= O período de qualificação normal para trânsito entre escalões consecutivos dentro do grau é um ano, exceto nos escalões marcados com um asterisco, para os quais se requer um período de dois anos no escalão anterior.

Anexo C

Apêndice 2

**Direitos a Subsídio Educacional Aplicáveis nos Casos em que se Incorre em Gastos
Educacionais em Moedas e Países Específicos
(ano escolar efetivo em curso a 1º de janeiro de 2013)**

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>País/ área monetária</i>	<i>Gastos educacionais máximos admissíveis e subvenção máxima para crianças portadoras de deficiência</i>	<i>Subsídio educacion al máximo</i>	<i>Tarifa uniforme sem regime de internato</i>	<i>Tarifa adicional uniforme de internato (para pessoal em cargos específicos)</i>	<i>Subsídio máximo para funcionários em cargos específico</i>	<i>Gastos educacionais máximos admissíveis por frequência (só quando paga tarifa uniforme de internato)</i>
Parte A						
Áustria (euro)	18 240	13 680	3 882	5 824	19 504	13 064
Bélgica ¹ (euro)	16 014	12 011	3 647	5 470	17 481	11 152
Dinamarca (coroa)	122 525	91 894	28 089	42 134	134 028	85 073
França ¹ (euro)	11 497	8 623	3 127	4 691	13 314	7 328
Alemanha (euro)	20 130	15 098	4 322	6 484	21 582	14 368
Irlanda (euro)	17 045	12 784	3 147	4 721	17 505	12 849
Itália (euro)	21 601	16 201	3 223	4 836	21 037	17 304
Países Baixos (euro)	18 037	13 528	3 993	5 990	19 518	12 713
Espanha (euro)	17 153	12 864	3 198	4 797	17 661	12 888
Japão (iene)	2 324 131	1 743 098	609 526	914 290	2 657 388	1 511 429
Suécia (coroa)	157 950	118 462	26 219	39 328	157 790	175 641
Suíça (franco suíço)	32 932	24 699	5 540	8 310	33 009	25 545
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (libra esterlina)	25 864	19 398	3 821	5 731	25 129	20 769
Parte B						
Dólar dos Estados Unidos (fora dos Estados Unidos da América)	21 428	16 071	3 823	5 735	21 806	16 331
Parte C						
Dólar dos Estados Unidos (nos Estados Unidos) ²	45 586	34 190	6 265	9 399	43 589	37 233

¹ Salvo as seguintes escolas, onde vigoram as cotações do dólar dos Estados Unidos nos Estados Unidos: a) Escola Americana de Paris; b) Universidade Americana de Paris; c). Escola Britânica de Paris; d) Escola Ativa Bilíngue Victor Hugo; e) Escola Europeia de Administração de Lyon; f) Escola Internacional de Paris; g). Marymount School de Paris; h). Escola Ativa Bilíngue Jeanine Manuel; i) Escola Internacional de Bruxelas; j) Escola Britânica de Bruxelas; e k) Escola Internacional St. John's, em Bruxelas.

² O dólar dos Estados Unidos nos EUA vigora, como medida especial, para a China, Indonésia, Hungria, Romênia e Federação Russa. São descontinuadas para a Romênia as medidas especiais do ano escolar efetivo em curso no dia 1º de janeiro de 2013. Medidas especiais são introduzidas na Tailândia e para a Escola Americana Cooperativa em Túnis, Tunísia, e Escola Americana Internacional de Johannesburgo, África do Sul.

154ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 16 a 20 de junho de 2014

CE154/28
Anexo D
Original: inglês

PROJETO DE RESOLUÇÃO

MODIFICAÇÕES DO REGULAMENTO E ESTATUTO DO PESSOAL DA RSPA

A 154ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO,

Tendo considerado as emendas ao Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana apresentadas pela Diretora no Anexo ao Documento CE154/28;

Levando em consideração as ações da Sexagésima Sétima Assembleia Mundial da Saúde com respeito à remuneração do Diretor-Geral Adjunto, dos Subdiretores Gerais, e dos Diretores Regionais;

Tendo em mente as disposições do Artigo 020 do Regulamento do Pessoal e do Artigo 3.1 do Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana; e

Reconhecendo a necessidade de uniformidade nas condições de emprego do pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana e da Organização Mundial da Saúde,

RESOLVE:

1. Confirmar, de acordo com o Artigo 020 do Regulamento do Pessoal, as emendas ao Regulamento do Pessoal efetuadas pela Diretora com respeito: ao subsídio por novo destino, ao fim do subsídio de serviços, ao aumento dentro do mesmo grau por tempo de serviço, e a licença por adoção, a entrar em vigor em 1º de julho de 2014.
2. Fixar o salário anual do Subdiretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, a partir de 1º de janeiro de 2014, em US\$171.007* antes das avaliações do pessoal, resultando em um salário modificado líquido de \$133.205 (remuneração com dependente) ou \$120.527 (sem dependente).

* A menos que indicado de outra forma, todos os valores monetários neste relatório são expressos em dólares dos Estados Unidos.

3. Fixar o salário anual do Diretor Adjunto da Repartição Sanitária Pan-Americana, a partir de 1º de janeiro de 2014, em \$172.436 antes das avaliações do pessoal, resultando em um salário modificado líquido de \$134.205 (remuneração com dependente) ou \$121.527 (sem dependente).

4. Fixar o salário anual do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, a partir de 1º de janeiro de 2014, em \$189.744 antes das avaliações do pessoal, resultando em um salário modificado líquido de \$146.321 (remuneração com dependente) ou \$131.682 (sem dependente).



Relatório sobre as Repercussões Financeiras e Administrativas do Projeto de Resolução para a Repartição

<p>1. Tema da agenda: 6.1 Modificações do Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA</p>
<p>2. Vínculo com o Programa e Orçamento 2014-2015:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Categorias: 6.4 Gestão e Administraçãob) Áreas programática e resultados intermediários: Gestão de recursos humanos. Gestão e administração eficaz através dos três níveis da Organização.
<p>3. Repercussões financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Custo total estimado da aplicação da resolução no período de vigência (arredondado para a dezena de milhares de dólares mais próxima; inclui os gastos correspondentes a pessoal e atividades): as repercussões financeiras associadas à recomendação da Comissão sobre um aumento da escala profissional de salário base/piso foram calculadas em US\$ 95.000 por ano, em todo o sistema das Nações Unidas.b) Custo estimado para o biênio 2014-2015 (arredondado para a dezena de milhares de dólares mais próxima; inclui os gastos correspondentes a pessoal e atividades): Insignificante.c) Do custo estimado indicado em (b), que parcela pode ser absorvida pelas atuais atividades programáticas? Todos os custos estão absorvidos nos custos totais orçados para os cargos profissionais das Nações Unidas.
<p>4. Repercussões administrativas:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Níveis da Organização em que seriam tomadas medidas: Não aplicável.b) Necessidades adicionais de pessoal (no equivalente a cargos a tempo integral, incluindo o perfil do pessoal): Não aplicável.c) Prazos (prazos amplos para as atividades de aplicação e avaliação): As mudanças do Regulamento do Pessoal seriam implementadas a partir de 1º de julho de 2014, com sua aprovação pela 154ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS .



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**



ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS

**Organização
Mundial da Saúde**
Américas

CE154/28
Anexo F

FORMULÁRIO ANALÍTICO PARA VINCULAR OS TEMAS DA AGENDA AOS MANDATOS INSTITUCIONAIS	
1. Tema da agenda:	6.1 Modificações ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA
2. Unidade responsável:	Gestão de Recursos Humanos
3. Preparado por:	Sra. Cynthia Rowe
4. Lista de centros colaboradores e instituições nacionais vinculados a este tema:	Não aplicável.
5. Vínculo entre este tema e a Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017:	Não aplicável.
6. Vínculo entre este tema e o Plano Estratégico da OPAS 2014-2019:	Categoria 6.4, Gestão e Administração.
7. Práticas ótimas nesta área e exemplos de países da Região das Américas:	As mudanças no Regulamento do Pessoal são propostas a bem da coerência com as decisões tomadas na 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde, e no interesse das boas práticas de gestão de recursos humanos.
8. Repercussões financeiras do tema:	Mínimas. Os custos são absorvidos pelos custos totais orçados para os cargos profissionais das Nações Unidas.

- - -